



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638084 - SP (2021/0000012-6)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIANE CRISTINA MASKE DE FARIA CABRAL - SP421837  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : TAMIME ALMEIDA ELID  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo pede a reconsideração da decisão de fls. 216-217, em razão de equívoco cometido no protocolo do *writ*. Requer, por economia processual e para evitar prejuízos à paciente, o prosseguimento do presente *habeas corpus*.

Defiro o pedido. Passo a analisá-lo.

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TAMIME ALMEIDA ELID em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2270855-88.2020.8.26.0000).

A paciente foi denunciada em 21 de março de 2016, pela suposta prática do crime de abandono de incapaz majorado (art. 133, § 3º, II, do Código Penal).

Requer a concessão de liminar para determinar que seja trancada a ação penal, tendo em vista que não há justa causa. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se reconheça a absolvição sumária, diante da comprovada inexigibilidade de conduta diversa da paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A suspensão do trâmite de uma ação penal somente pode ser determinada quando patente o constrangimento ilegal, o que não é o caso dos autos. Cumpre ressaltar, ainda, que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que "[o] trancamento da ação penal em sede de *habeas corpus* é medida excepcional, somente se justificando quando demonstrada, inequivocamente, a absoluta ausência de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria, a atipicidade da conduta ou a existência de causa extintiva da punibilidade [...]" (RHC n. 43.677/SC, Sexta Turma, relator Ministro Sebastião Reis

Júnior, DJe de 5/6/2014). Em análise sumária, parece não corresponder à situação dos autos.

O deslinde da controvérsia, como se vê, demanda o aprofundamento do exame de circunstâncias fático-processuais complexas, tarefa insuscetível de ser realizada em juízo singular e prelibatório. Reserva-se, portanto, ao relator a apreciação definitiva da matéria, depois de devidamente instruídos os autos.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente